

## SUMÁRIO

LEI Nº 7.210/1984.....	2
LEI DE EXECUÇÃO PENAL .....	2
LIVRAMENTO CONDICIONAL – CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	2
RESIDÊNCIA DO LIBERADO .....	4
CARTA DE LIVRAMENTO, CERIMÔNIA E CADERNETA .....	5

# LEI Nº 7.210/1984

## LEI DE EXECUÇÃO PENAL

### SEÇÃO V

#### DO LIVRAMENTO CONDICIONAL

*Art. 131. O livramento condicional poderá ser concedido pelo Juiz da execução, presentes os requisitos do [artigo 83, incisos e parágrafo único, do Código Penal](#), ouvidos o Ministério Público e Conselho Penitenciário.*

*Art. 132. Deferido o pedido, o Juiz especificará as condições a que fica subordinado o livramento.*

*§ 1º Serão sempre impostas ao liberado condicional as obrigações seguintes:*

- a) obter ocupação lícita, dentro de prazo razoável se for apto para o trabalho;*
- b) comunicar periodicamente ao Juiz sua ocupação;*
- c) não mudar do território da comarca do Juízo da execução, sem prévia autorização deste.*

*§ 2º Poderão ainda ser impostas ao liberado condicional, entre outras obrigações, as seguintes:*

- a) não mudar de residência sem comunicação ao Juiz e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção;*
- b) recolher-se à habitação em hora fixada;*
- c) não freqüentar determinados lugares.*
- d) [\(VETADO\)](#) [\(Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010\)](#)*

## LIVRAMENTO CONDICIONAL – CONSIDERAÇÕES GERAIS

O livramento condicional é a última etapa do cumprimento da pena e normalmente é concedido quando o sentenciado já obteve a progressão de regime prisional, não sendo, por outro lado, necessário que isso ocorra, já que é possível a obtenção do benefício diretamente. Os requisitos para a concessão do livramento condicional encontram-se previstos no CP, art. 83 e na LEP, art. 131.

CP, art. 83, caput, e incs. I, II, IV e V: **(objetivos)**

- a) Condenação a pena privativa de liberdade igual ou superior a dois anos (caput).
- b) Cumprida mais de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes (I).
- c) Cumprida mais da metade da pena se o condenado for reincidente em crime doloso (II).
- d) Tenha reparado, salvo efetiva impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pela infração (IV).
- e) Cumprido mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tráfico de pessoas e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza (V).

Os requisitos **subjetivos** dizem respeito à conduta e situação pessoal do condenado. Diz o CP, art. 83, III, que o sentenciado deverá possuir comprovado bom comportamento durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto.

Devem ser **ouvidos o Ministério Público e o Conselho Penitenciário**.

Possuem legitimidade para requerer a concessão do livramento:

- o condenado, seu cônjuge ou parente em linha reta.
- Poderão propor o benefício o **diretor do estabelecimento penal ou o Conselho Penitenciário**.

Não se exige para a concessão do livramento que o condenado tenha passado por todos os estágios de cumprimento da pena, ou seja, pelos regimes semiaberto e aberto. Assim, presentes os requisitos legais, o livramento deverá ser concedido.

A prática de falta grave (LEP, art. 50 e LEP, art. 52) durante a execução da pena privativa de liberdade interrompe o prazo para a progressão de regime prisional.

**São condições judiciais obrigatórias para o livramento condicional:**

- Obter ocupação lícita, dentro de prazo razoável se for apto para o trabalho;
- Comunicar periodicamente ao juiz sua ocupação;
- Não mudar do território da comarca do Juízo da Execução, sem prévia autorização deste.

**São condições judiciais facultativas para o livramento condicional:**

- Não mudar de residência sem comunicação ao juiz e à autoridade incumbida de observação cautelar e de proteção;
- Recolher-se à habitação em hora fixada;
- Não frequentar determinados lugares. Poderão ser impostas ao condenado outras condições a critério do Juízo da Execução.

As condições judiciais **poderão ser modificadas** no decorrer do livramento pelo juiz, de ofício, mediante requerimento do **Ministério Público, da Defensoria Pública ou representação do Conselho Penitenciário**, ouvindo-se o liberado.

**STF 715**

«A pena unificada para atender ao limite de trinta anos de cumprimento, determinado pelo CP, art. 75 do Código Penal, não é considerada para a concessão de outros benefícios, como o livramento condicional ou regime mais favorável de execução.»

**STJ 534**

«A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração.»

**STJ 535**

«A prática de falta grave não interrompe o prazo para fim de comutação de pena ou indulto.»

**STJ 439**

«Admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada.»

**STJ 441**

«A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.»

## QUESTÃO TESTE

A contagem do prazo para a concessão do livramento condicional é interrompida pela realização da falta grave pelo condenado.

E

XX

*Art. 133. Se for permitido ao liberado residir fora da comarca do Juízo da execução, remeter-se-á cópia da sentença do livramento ao Juízo do lugar para onde ele se houver transferido e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção.*

*Art. 134. O liberado será advertido da obrigação de apresentar-se imediatamente às autoridades referidas no artigo anterior.*

*Art. 135. Reformada a sentença denegatória do livramento, os autos baixarão ao Juízo da execução, para as providências cabíveis.*

## RESIDÊNCIA DO LIBERADO

Se for permitido ao liberado residir fora da comarca do Juízo da execução, será **remetida cópia da sentença do livramento ao Juízo** do lugar para onde ele se transferiu, bem como à autoridade responsável pela observação cautelar e proteção. Não haverá alteração da competência, que continuará com o Juízo original da execução, que será responsável pela análise dos incidentes ou alterações que ocorrerem. Dessa forma, o liberado ao mudar de residência será advertido de que, ao chegar na comarca, terá de **se apresentar ao setor ou órgão de fiscalização, ou mesmo ao juízo**.

No caso de recurso e reforma da decisão que indeferiu o livramento condicional, os autos baixarão ao Juízo da Execução competente para o processamento do benefício como se por ele houvesse sido deferido.

XX

*Art. 136. Concedido o benefício, será expedida a carta de livramento com a cópia integral da sentença em 2 (duas) vias, remetendo-se uma à autoridade administrativa incumbida da execução e outra ao Conselho Penitenciário.*

*Art. 137. A cerimônia do livramento condicional será realizada solenemente no dia marcado pelo Presidente do Conselho Penitenciário, no estabelecimento onde está sendo cumprida a pena, observando-se o seguinte:*

*I - a sentença será lida ao liberando, na presença dos demais condenados, pelo Presidente do Conselho Penitenciário ou membro por ele designado, ou, na falta, pelo Juiz;*

*II - a autoridade administrativa chamará a atenção do liberando para as condições impostas na sentença de livramento;*

*III - o liberando declarará se aceita as condições.*

*§ 1º De tudo em livro próprio, será lavrado termo subscrito por quem presidir a cerimônia e pelo liberando, ou alguém a seu rogo, se não souber ou não puder escrever.*

*§ 2º Cópia desse termo deverá ser remetida ao Juiz da execução.*

*Art. 138. Ao sair o liberado do estabelecimento penal, ser-lhe-á entregue, além do saldo de seu pecúlio e do que lhe pertencer, uma caderneta, que exhibirá à autoridade judiciária ou administrativa, sempre que lhe for exigida.*

*§ 1º A caderneta conterá:*

*a) a identificação do liberado;*

*b) o texto impresso do presente Capítulo;*

*c) as condições impostas.*

*§ 2º Na falta de caderneta, será entregue ao liberado um salvo-conduto, em que constem as condições do livramento, podendo substituir-se a ficha de identificação ou o seu retrato pela descrição dos sinais que possam identificá-lo.*

*§ 3º Na caderneta e no salvo-conduto deverá haver espaço para consignar-se o cumprimento das condições referidas no artigo 132 desta Lei.*

## CARTA DE LIVRAMENTO, CERIMÔNIA E CADERNETA

Ao conceder o livramento caberá ao juízo a expedição da carta de livramento, em duas vias, instruídas com a cópia integral da sentença. Uma via será remetida para a **autoridade administrativa incumbida da execução e outra para o Conselho Penitenciário**.

A carta tem dupla finalidade, pois, além de cientificar o reeducando das condições impostas no benefício, tem a mesma força do alvará de soltura, determinando, ao final, que o condenado seja colocado em liberdade, se por outro motivo não estiver preso.

Será realizada **cerimônia solene** no dia marcado pelo Presidente do Conselho Penitenciário, no estabelecimento prisional onde há o cumprimento da pena (caput).

Nessa cerimônia será lida ao liberando, pelo presidente do **Conselho Penitenciário** ou membro por ele designado, ou, na falta, pelo juiz, na presença dos demais condenados, a sentença que concedeu o livramento e as condições impostas, sendo que o condenado deverá dizer se as aceita (caso não as aceite, o livramento é tornado sem efeito).

Será lavrado termo em livro próprio e sua cópia remetida ao juiz da execução (§§ 1º e 2º).

Se aceito, quando da saída, será entregue ao liberado o saldo do pecúlio, seus pertences e uma caderneta, que deverá ser exibida à autoridade judiciária e administrativa sempre que exigida, a fim de comprovar que o liberado se encontra em livramento condicional e ser um método de controle para verificar se estão sendo cumpridas as condições impostas.

Na caderneta constará:

- Identificação do liberado;
- Texto impresso do capítulo (seção) da Lei de Execução Penal que cuida do livramento condicional;
- Condições impostas (§ 1º).

Na falta da caderneta será entregue ao liberado um salvo-conduto em que constem as condições do livramento, podendo ser substituída a ficha de identificação ou o seu retrato pela descrição de sinais que possam identificá-lo (§ 2º).

Em ambas, deverá haver espaço para que se faça constar o cumprimento das condições do livramento (§ 3º).

### QUESTÃO TESTE

Na cerimônia do livramento condicional, será lida ao liberando, pelo presidente do Conselho da Comunidade, na presença dos demais condenados, a sentença que concedeu o livramento e as condições impostas, sendo que o condenado deverá dizer se as aceita.

E